



OBSERVATÓRI SOCIAL

2017

EM REVISTA

20 anos de luta pela globalização dos direitos

**Retrocessos
ameaçam
fiscalização do
trabalho escravo**

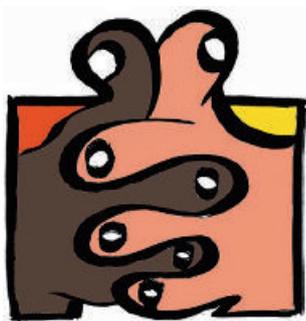
**Domésticas
ainda esperam
por direitos**

**A Evolução
do Trabalho
Decente na
América Latina**



UNITRABALHO

Fundação Interuniversitária
de Estudos e Pesquisas
sobre o Trabalho



DISCRIMINAÇÃO



LIBERDADE SINDICAL



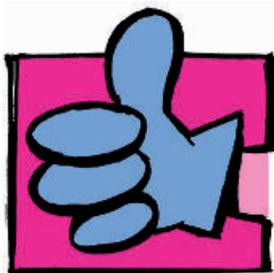
MEIO AMBIENTE



NEGOCIAÇÃO COLETIVA



RESPONSABILIDADE SOCIAL



SAÚDE E SEGURANÇA



TRABALHO FORÇADO



TRABALHO INFANTIL

Uma história em construção

Ao longo de 20 anos de atuação, o Instituto Observatório Social (IOS) contribuiu para melhorar a vida de trabalhadores e trabalhadoras por meio de pesquisas especializadas e do monitoramento comportamental das empresas em relação aos direitos fundamentais no trabalho.

Os estudos do instituto também foram vitais para fortalecer as lutas do movimento sindical no Brasil e no mundo, e para beneficiar a sociedade com um todo. Algumas pesquisas realizadas pelo IOS se tornaram denúncias de graves

violações aos direitos humanos e trabalhistas. Muitas resultaram em mudanças nas práticas antissindicais de empresas multinacionais e na mobilização social em torno de temas como o combate e prevenção ao trabalho análogo à escravidão.

A equipe do IOS acredita que resgatar sua memória por meio desta publicação é preparar novos passos para o futuro, além de homenagear todos os parceiros que foram imprescindíveis em nossa caminhada e na continuidade de nosso trabalho. Entre eles, os fundadores: Central Única

dos Trabalhadores (CUT), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o Centro de Estudos em Cultura Contemporânea (Cedec) e a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho).

Estamos certos de que essas duas décadas são apenas parte de uma história que está sendo construída a cada novo projeto. Uma história que é fundamental diante dos desafios políticos, econômicos, sociais e de organização da atualidade e futuros.

Boa leitura!



INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL

Conselho Diretor

Siderlei Silva de Oliveira (CUT)
Antônio de Lisboa Amâncio Vale (CUT)
Quintino Marques Severo (CUT)
Milton dos Santos Rezende (CUT)
Roni Anderson Barbosa (CUT)
Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria (CUT)
Valeir Ertle (CUT)
Carmen Helena Ferreira Foro (CUT)
Mara Luzia Feltes (Dieese)
Raquel Kacelnikas (Dieese)
Sonia Marise Salles Carvalho (Unitrabalho)
Pedro Henrique Isaac Silva (Unitrabalho)
Cecília Carmen Pontes Rodrigues (CEDEC)
Eduardo Garuti Noronha (CEDEC)

Diretoria Executiva

Siderlei Silva de Oliveira (Presidente)
Antônio de Lisboa Amâncio Vale (Vice-presidente)
Arioaldo de Camargo (Diretor Administrativo-Financeiro)
Lucilene Binsfeld (Secretária Geral)
Cecília Carmen Pontes Rodrigues (CEDEC)
Sonia Marise Salles Carvalho (Unitrabalho)
Patrícia Pelatieri (Dieese)

Presidência

Siderlei Silva de Oliveira

Vice-presidência

Antônio de Lisboa Amâncio Vale

Diretoria administrativa-financeira

Arioaldo de Camargo

Secretaria Geral

Lucilene Binsfeld (Tudi)

Coordenação Institucional

Sheila Fernandes

Coordenação de Pesquisa

Lilian Arruda

Coordenação Administrativa-Financeira

Helaine Farsura

OBSERVATÓRIO SOCIAL EM REVISTA

Edição 18 – Especial 20 anos
Novembro de 2017
ISSN 1678 – 152x

Jornalista Responsável

Bárbara Palma (MTB 35.725)

Coordenação Editorial

Lucilene Binsfeld
Bárbara Palma

Edição e textos

Bárbara Palma

Produção

Lucilene Binsfeld
Bárbara Palma
João Victor Motta

Projeto Gráfico, ilustração e diagramação

Daniel Olsen

Colaboração

Mércia Consolação Silva, Clemente Ganz Lúcio
Patrícia Pelatieri, Vagner Freitas, Cecília Carmen Pontes
Rodrigues, Pedro Henrique Isaac Silva e Lilian Arruda

Impressão

Hawaii - Gráfica e Editora

Tiragem

3 mil exemplares

O material publicado nesta revista está sob a licença Creative Commons podendo ser reproduzido sem autorização prévia do Instituto Observatório Social, desde que para uso não comercial e citando a fonte original. O uso livre não se aplica às fotos.

Sumário

06

PALAVRA DO PRESIDENTE

Siderlei de Oliveira fala sobre o atual momento do movimento sindical e das expectativas para o futuro do Instituto Observatório Social (IOS).

07

UMA MULHER NO LEME DO INSTITUTO

A secretária-geral do IOS, Lucilene Binsfeld, comenta os desafios da mulher na luta política

08

HISTÓRICO

O IOS surge em um momento marcado pelo avanço das políticas neoliberais e de mudanças na organização do comércio mundial

10

LINHA DO TEMPO

12

ENTREVISTAS

Os ex-presidentes do IOS contam suas experiências no instituto e tecem opiniões sobre a atual conjuntura política

22

PESQUISA

Método de pesquisa inédito criado pelo IOS fortalece a luta do movimento sindical

24

TRABALHO DECENTE

Estudos mapeiam as condições de trabalho na América Latina

26

TRABALHO DECENTE

O Brasil na contramão da convenção 189 da OIT

28

LUTA SINDICAL

Dirigentes sindicais falam dos desafios para garantir o direito dos trabalhadores ao Trabalho Decente

31

TRABALHO ESCRAVO

Combate ao Trabalho Escravo no Brasil está ameaçado por onda de retrocessos

35

ARTIGOS

É hora de defender o papel dos sindicatos e unir forças

Por Siderlei de Oliveira

Arquivo Pessoal



SIDERLEI DE OLIVEIRA é presidente do Instituto Observatório Social e da Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação (Contac)

Enfrentamos um grave momento de crise no país que coloca em risco as conquistas históricas do movimento sindical e ameaça o futuro da classe trabalhadora. Em tempos de pós-golpe e de reformas que extinguem os direitos dos trabalhadores, acabam com a aposentadoria e fortalecem o empresariado, defender o papel dos sindicatos é extremamente importante.

Nos últimos anos, tivemos muitos avanços políticos, sobretudo no Brasil e na América Latina, com a eleição de governos alinhados com as necessidades da classe trabalhadora, porém este cenário se inverte e presenciamos uma forte investida neoliberal. O avanço da direita e de governos que atentam contra os direitos e a liberdade do povo está ocorrendo em vários países.

Além de criminalizar os sindicatos, os movimentos sociais e as iniciativas de emancipação popular, que vêm enfrentando uma forte onda de conservadorismo e repressão policial, o plano do atual governo é claro: ele quer retirar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras com a retomada de uma agenda neoliberal, um amplo programa de privatizações e leis que favorecem os patrões em detrimento dos empregados.

Diante de todos esses retrocessos, a atual conjuntura exige que lutemos pela nossa soberania, por direitos e democracia e que fortaleçamos a organização dos trabalhadores e das trabalhadoras e de seus sindicatos.

Nesse momento de ataque contra a legitimidade e credibilidade do movimento sindical, precisamos ampliar o diálogo com as bases, intensificar as atividades de formação e a organização nos locais de trabalho. Também é necessário potencializar a atuação dos ramos da CUT e integrar nossas ações dentro um plano estratégico de enfrentamento a esse governo golpista. Junto com os movimentos sociais, devemos denunciar as violações de direitos humanos e trabalhistas, e mobilizar as pessoas para que saiam às ruas para se manifestar.

Dentro desse contexto, espaços como o Instituto Observatório Social (IOS) se tornam valiosos instrumentos de luta porque produzem informações de qualidade sobre o mundo do trabalho que contribuem para a luta do movimento sindical.

Como presidente o instituto, sinto-me honrado de fazer parte dessa história e de contribuir para que o Observatório continue avançando cada vez mais na globalização de direitos, e fortemente alinhado às necessidades da CUT, nossa fundadora, e de toda a classe trabalhadora.

A luta faz parte da nossa vida

Por Lucilene Binsfeld (Tudi)

As mulheres sempre tiveram um papel fundamental na luta por direitos da classe trabalhadora participando de vários processos de mobilização e resistência, seja dos movimentos sindicais ou sociais. Ao longo da história, também foram duramente reprimidas ao combater diversas formas de opressão e ao exigir o direito à participação política.

Porém, não desistimos. Com muito esforço, conquistamos o direito ao voto, ao trabalho e mesmo diante das dificuldades que enfrentamos para ocupar espaços de poder e de protagonismo, avançamos com nossos ideais e ações revolucionárias por direitos individuais e coletivos.

É o caso das mulheres que ao lado de muitos companheiros da militância política, deram suas vidas para combater regimes totalitários e ditaduras para que todos os cidadãos tivessem suas liberdades respeitadas. As mulheres também foram às ruas, participaram de greves e organizações políticas. Nós sangramos por dentro e por fora para continuar avançando por direitos mesmo em uma sociedade que invisibiliza nossa dor e quer nos calar. Contudo, ainda

somos minoria no Congresso Nacional em cargos de chefia e poder. Ganhamos salários mais baixos que os dos homens, mesmo representando mais de 50% da população economicamente ativa. Somos forçadas a exercer jornadas duplas, desdobrando-nos com os cuidados dos filhos e da casa, e temos o Estado legislando sobre nossos corpos e dizendo o que devemos ou não fazer em caso de gravidez. Como se isso fosse pouco, convivemos com o medo constante do assédio moral, sexual e da violência. Isso se reflete quando vemos que o Brasil ocupa posições muito ruins: é o 5º país no mundo com a maior taxa de homicídio de mulheres, o que mais mata travestis e transexuais e o país latino-americano com a menor representação feminina em seu parlamento.

Além disso, depois de tanto tempo de luta, nós trabalhadoras e trabalhadores elegemos Dilma Rousseff, nossa primeira presidenta retirada do poder por golpistas. Mas não ficaremos caladas. Para nós mulheres, a luta faz parte da nossa vida porque desde sempre tivemos nossos direitos negados. Também já mostramos que fazemos a diferença e que



Barbara Palma

Natural de Santa Catarina, LUCILENE BINSFELD (TUDI), entrou para o movimento sindical aos 26 anos. Em 20 anos de militância, foi presidenta do Sindicato dos Empregados no Comércio do extremo Oeste de Santa Catarina, diretora da Fecesc, da CUT SC e da Contracs. Desde 2015 é diretora da CUT Nacional e Secretária-Geral do IOS.

nossa participação nos espaços políticos é fundamental.

Por isso, nessa conjuntura complexa que vivemos atualmente, estar na liderança de um instituto como o IOS, é uma oportunidade ímpar de contribuir, como mulher e dirigente sindical, para dar voz às trabalhadoras e trabalhadores. Conjuntamente com a equipe do instituto, construir propostas que ajudam a garantir o Trabalho Decente a todas e todos. O Observatório é um espaço de engajamento e trabalho que fortalece a luta das mulheres por Nenhum Direito a Menos!



Direitos fundamentais dos trabalhadores em pauta

O Instituto Observatório Social (IOS) foi criado em outubro de 1997, durante um período marcado pelo avanço das políticas neoliberais e de mudanças na organização do comércio mundial que aprofundaram as desigualdades sociais e econômicas no Brasil e a América Latina.

Na década de 90, os direitos trabalhistas e a proteção social dos trabalhadores foram ficando cada vez mais submetidos à lógica do capital e aos interesses do empresariado. As discussões sobre a globalização giravam em torno da integração da economia mundial e de um mundo “sem fronteiras” sem levar em conta os efeitos negativos desse processo.

Nesse contexto, em que movimentos sociais e sindicais discutiam alternativas para que os direitos da classe trabalhadora fossem garantidos diante dos interesses empresariais, surgiu o IOS.

“O Observatório foi criado com a expectativa de que ele produzisse pesquisas para subsidiar o trabalho de dirigentes sindicais da CUT. E na perspectiva de construção de propostas e políticas diante da nova realidade do capital e seu fortalecimento. Acredito que, ao longo desses 20 anos cumprimos esse papel”, afirma Ariovaldo de Camargo, secretário-adjunto de Relações Internacionais da CUT e diretor administrativo-financeiro do IOS.

O dirigente também destaca a importância das publicações desenvolvidas pelo instituto. “Espero que o IOS possa continuar a ser esse importante instrumento de defesa da classe trabalhadora. E não só do ponto de vista da CUT. Todas as publicações estão à disposição para toda a sociedade compreender melhor o que estamos vivendo agora nessa conjuntura e quais as perspectivas para o futuro”, completa.

Camargo: IOS é instrumento de defesa da classe trabalhadora

Antônio Lisboa, secretário de Relações Internacionais da CUT e vice-presidente da Diretoria Executiva do IOS, resalta que os trabalhadores precisam desse conhecimento sistematizado. “O IOS tem uma enorme importância para a CUT e o movimento sindical brasileiro porque é um instituto que, com as pesquisas que produz, instrumentaliza sindicatos, confederações e centrais para enfrentarem os ataques contra os direitos dos trabalhadores no Brasil e em outros países”, diz Lisboa.



Arquivo Pessoal



Lisboa: O instituto tem uma enorme importância para a CUT

PASSADO E PRESENTE

Inicialmente, em 1997, o instituto teve sua sede na Escola Sul, em Florianópolis, Santa Catarina, onde desde 1994 já ocorriam discussões entre seus fundadores sobre a necessidade do IOS diante da conjuntura política mundial. “A iniciativa de criar o observatório nasceu da Secretaria de Relações Internacionais da CUT, que eu coordenava desde 94”, lembra Kjeld Jacobsen, que ocupou a primeira cadeira da presidência do IOS.

Em 2003, o instituto passou a ocupar uma área no prédio da Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina (Fecesc), em

Florianópolis, e mais duas bases, uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro. Atualmente, o IOS conta com uma sede na capital paulista.

Ao longo de seus 20 anos, o instituto contou com o apoio de instituições internacionais como a FNV (Federação Sindical Holandesa) e da DGB Bildungswerk (DGBBW), entidade de formação e cooperação da Deutscher Gewerkschaftsbund (DGB), central sindical alemã. Outras instituições, em diferentes momentos, também cooperaram: o Centro de Solidariedade da AFL-CIO (Estados Unidos), as fundações Hans Böckler e Friedrich Ebert Stiftung (Alemanha), a central sindical LO (Noruega), o Sask – Centro de Solidariedade Sindical da Finlândia, a ISP – Internacional de Serviços Públicos, Oxfam Internacional e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Escola Sul da CUT, em Santa Catarina, onde tudo começou



Prédio da Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina (FECESC), uma das sedes do IOS



Linha do Tempo

O IOS lança uma série de atividades em celebração aos 20 anos de IOS, incluindo a publicação de uma revista comemorativa e seminários temáticos sobre o mundo sindical e os desafios da classe trabalhadora.

2017

Junto com a RedLat, inicia pesquisa sobre TD em sete países da América Latina com apoio da DGB-BW.

2015

Desenvolve pesquisas sobre TD em empresas produtoras de suco de laranja (Cutrale, Louis Dreyfus e Citrosuco). A pesquisa englobou trabalhadores da indústria e rurais. Pela primeira vez, o IOS aplica indicadores de TD para conhecer a realidade de trabalhadores rurais.

2013

O IOS começa a utilizar em seus estudos indicadores de Trabalho Decente (TD) baseados nas normas da OIT. O instituto participa do projeto "Promoção dos Direitos na América Latina" em parceria com a CUT, CNM, CNQ e DGB-BW voltado à formação e apoio das redes sindicais de trabalhadores.

2011

Em parceria com a ONG Repórter Brasil, o IOS produz uma revista sobre os beneficiários da devastação na Amazônia. A publicação impulsionou uma série de acordos de compromisso entre as empresas denunciadas e foi finalista do Prêmio Esso de Jornalismo.

2009

IOS, Ong Repórter Brasil, Instituto Ethos de Responsabilidade Social e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) passam a integrar o comitê que monitora e gerencia o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil.

2007

A sede do IOS é transferida para São Paulo. É fundada a Rede Latino-Americana de Pesquisas em Empresas Multinacionais (RedLat).

2005

A reportagem Mineração Predatória na Amazônia, publicada na terceira edição de Observatório Social em Revista, conquista o Prêmio Esso de Jornalismo, na categoria Informação Científica, Tecnológica e Meio Ambiente.

2003

Começam os estudos sobre monitoramento do comportamento das empresas multinacionais com atuação no Brasil.

1999

IOS é criado em Santa Catarina. Dois importantes financiadores internacionais apoiam a iniciativa: a FNV (Central Sindical Holandesa) e DGB-BW (Central Sindical Alemã).

1997



2016

Em parceria com o SASK (Centro de Solidariedade Sindical da Finlândia), o instituto realiza pesquisas sobre a cadeia de suprimentos da uva no Brasil. Realiza pesquisas em congressos da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) e Fecesc (Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina). Afirma-se como especialista em pesquisas de congressos sindicais.

2014

IOS desenvolve em parceria com a CUT e Dieese, indicadores de Desenvolvimento Regional para subsidiar debates e ações sindicais.

2012

Realiza a primeira pesquisa com indicadores de TD em projeto piloto com a Secretaria Nacional de Formação (SNF), Secretaria de Relações do Trabalho e ACTRAV (departamento da OIT responsável pelo apoio às organizações de trabalhadores).

2008

A reportagem Tradição Dizimada, publicada na 14ª edição da revista, ganha a premiação especial da OAB / RS e do Movimento Justiça e Direitos Humanos.

2006

Início das pesquisas com dirigentes sindicais do Congresso Nacional da CUT (Concut). A reportagem A Idade da Pedra, sobre trabalho infantil, publicada na 9ª edição da revista, recebe menção honrosa no Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

2004

Siderúrgicas assinam o Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo em suas cadeias produtivas motivadas pela reportagem sobre o tema na 6ª edição de Observatório Social em Revista.

2000

É inaugurada a sede nacional em Florianópolis, e mais duas sedes regionais no Rio de Janeiro e São Paulo. Lançamento do primeiro estudo de monitoramento de empresas multinacionais com uma pesquisa sobre a rede Wal-Mart.

1998

O instituto redireciona seu foco para o Mercosul (Mercado Comum do Sul).

ESSAS SÃO ALGUMAS DAS PRINCIPAIS AÇÕES DO IOS DURANTE 20 ANOS DE ATUAÇÃO. ACESSE O SITE WWW.OBSERVATORIOSOCIAL.ORG.BR E CONFIRA A LINHA DO TEMPO COMPLETA.



É preciso repensar o conceito de organização sindical

O primeiro presidente do Instituto Observatório Social (IOS), Kjeld Jakobsen, aposta na mudança do conceito de organização sindical para enfrentar o poder das multinacionais na atual conjuntura de desmonte de direitos dos trabalhadores. Jakobsen, que esteve à frente do IOS por quase dez anos, conta também como surgiu a ideia de criar o instituto.

Instituto Observatório Social: Qual era o cenário político do Brasil em 1997 e qual a principal diferença que você destacaria em relação ao período que vivemos hoje?

Kjeld Jakobsen: A partir de 95, o Brasil ingressou para valer na era neoliberal do ponto de vista das políticas econômicas e sociais. Particularmente, no

primeiro mandato do ex-presidente Henrique Cardoso, que implantou um poderoso programa de privatizações e de abertura econômica, com efeitos muito dramáticos para a classe trabalhadora. Nesse período, entre os governos de Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique, foram perdidos três milhões de postos de trabalho na indústria. Tudo isso nos leva a um segundo tema muito debatido naquela época, a globalização. Uma das reações do movimento sindical diante da conjuntura foi tentar globalmente incluir algumas proteções sociais nas grandes organizações internacionais, principalmente na OMC (Organização Mundial do Comércio), que estava nascendo naquele momento com a chamada cláusula social. Essa cláusula proibia países que violavam determinados direitos fundamentais dos trabalhadores, instituídos pela OIT, de participarem do comércio mundial. Verificar essas violações era pensar principalmente nas empresas multinacionais, que são as mais poderosas, que possuem cadeias produtivas de fornecedores e pres-

tadores de serviços bastante amplos. Daí surgiu a ideia de se criar o IOS para, com base em informações concretas e mensuráveis, verificar esse comportamento das empresas multinacionais aqui no Brasil. Mas o momento atual é muito diferente de 1997, pois, apesar do trabalho e da resistência do movimento sindical no nível global, o poder das empresas multinacionais vem se tornando ainda mais forte e com seu capital mais concentrado.

IOS: Fale mais sobre as cadeias produtivas.

Jakobsen: Sabe-se que, hoje, cerca de 80% das cadeias produtivas globais são controladas por apro-



ximadamente 800 mega bancos e fundos de investimento. Existe um processo de concentração e centralização desse capital que atribui a elas mais poder. Ao se transformarem em cadeias produtivas globais, ou seja, quando uma empresa monta, por exemplo, automóveis no Brasil e recebe sua matéria-prima e autopeças, de outros países, elaboradas com trabalho terceirizado, isso acaba constituindo cadeias muito amplas. Os nossos sindicatos não estão preparados para lidar com cadeias produtivas, eles estão preparados para lidar com trabalhadores que estão dentro da fábrica.

IOS: Você disse que os sindicatos não estão preparados para lidar com as cadeias produtivas. Como o movimento sindical, social e todos os que lutam por um mundo mais justo e igualitário podem fazer esse enfrentamento?

Jakobsen: Essa pergunta vale um milhão de dólares. Há ideias, mas não existem fórmulas para resolver essa questão. Em minha opinião, é preciso, em primeiro lugar, mudar o conceito de organização sindical. O conceito que

aplicamos não somente na indústria, mas também no setor de serviços, público, na agricultura. Esse atual modelo sindical se constituiu nos anos 30, quando surgiram os grandes conglomerados fabris. Mas, naquela época, o tipo de produção era o que chamamos de produção vertical. A Ford, por exemplo, produzia desde o pneu das rodas, as autopeças, montava e tinha lojas próprias

“UMA DAS PRIMEIRAS MEDIDAS QUE ADOTAMOS FOI CONVERSAR COM OS RAMOS DA CUT SOBRE O SEU INTERESSE EM PARTICIPAR NAS PESQUISAS SOBRE AS EMPRESAS”

para vender os seus produtos. Isso tudo dentro de uma mesma área geográfica, normalmente no âmbito de um Estado-país. A Volkswagen, em São Bernardo do Campo, por exemplo, construída entre os anos 50 e 60, chegou a possuir quase 30 mil trabalhadores, porque tudo era feito ali. Esse modelo de produção mudou e se descentralizou totalmente. O básico é mudar o conceito, porque senão, cada vez mais, – ainda mais no Brasil depois da reforma trabalhista, – os

sindicatos vão se limitar a defender os direitos e interesses do topo da cadeia produtiva, e tudo aquilo que vem abaixo, que não é tão estruturado, ficará sem representação.

IOS: O que vem à sua memória sobre os primeiros dias de atuação do instituto?

Jakobsen: Uma das primeiras medidas que adotamos foi conversar com os ramos da CUT sobre o seu interesse em participar nas pesquisas sobre as empresas. Esse era um dado importante, para que, a partir do desejo dos dirigentes sindicais, fizéssemos a pesquisa. Por outro lado, a disposição dos ramos e dos sindicatos de colocarem recursos para fazer essas pesquisas não era muito grande. Então, o IOS se tornou muito dependente de cooperação internacional, aí tínhamos de levar em consideração também o interesse do cooperante. Lembro de uma pesquisa com o Walmart, que foi uma das primeiras que fizemos no setor de serviços. Fomos recebidos por uma advogada da empresa. A pesquisa foi feita em uma unidade de Osasco e detectou vários problemas de ordem trabalhista, mas a advogada negou que houvesse qualquer tipo de problema. Mas depois todos os problemas foram resolvidos por iniciativa da empresa. Um dos desafios maiores era discutir com as empresas a vantagem que elas teriam ao se envolver nos estudos.



Precisamos avançar na organização nas cadeias produtivas

Há mais de 20 anos no sindicalismo, o ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique da Silva Santos, fala da sua chegada na presidência do IOS e analisa os desafios atuais do movimento sindical.



Instituto Observatório Social (IOS): Quando você assumiu a presidência do instituto, estava deixando o cargo de presidente da CUT. Fale um pouco da sua trajetória e dessa transição.

Artur Henrique da Silva Santos:

Comecei minha carreira sindical em 1987; trabalhava na CPFL e fui convidado para disputar a chapa no Sindicato dos Eletricitários de Campinas. Fiquei dois mandatos na presidência e depois assumi a Secretaria de Formação da CUT São Paulo. Em 2003, fui para a CUT Nacional, onde fui secretário-geral e de organização sindical. Em 2006, assumi a presidência da CUT. E depois fui para o IOS, onde a experiência como presidente da CUT e a atua-

ção na área internacional junto à CSA (Confederação Sindical das Américas), me ajudaram a fazer um bom trabalho.

IOS: De que forma o IOS contribuiu para a atuação da CUT em âmbito internacional?

Santos: A contribuição foi e ainda é muito importante. A CUT sempre teve uma atuação internacional muito grande, seja no apoio de centrais, entidades ou organizações internacionais. E o IOS faz parte dessa construção, porque a área e a articulação internacional sempre foram seus elementos fortes. Houve muita integração com a CUT. Primeiro, porque falávamos da atuação de multinacionais no Brasil, na América Latina e no mundo. Segundo, porque o instituto atuou bastante junto às cadeias produtivas. Em um mundo globalizado, de muita disputa, onde existem tentativas de derrubar, retirar e flexibilizar direitos, chegando ao extremo de ter trabalho escravo e trabalho infantil, o IOS contribuiu ao longo dos anos para fazer a sociedade em geral enxergar a importância da luta e da denúncia desses acontecimentos.



IOS: No contexto das denúncias e cadeias produtivas globais, você acompanhou bastante a formação das redes sindicais. Qual foi o papel do instituto nesse processo?

Santos: Esse é um dos elementos importantes da história do IOS e para o atual momento de ataque aos direitos dos trabalhadores. Pois é um desafio para o movimento sindical se organizar não só em ramos, que sempre foi a tradição da CUT, mas principalmente organizar-se nas cadeias produtivas. Por exemplo,

“UM DOS DESAFIOS DESSE MOMENTO DE DESMONTE DA CLT E DO ESTADO BRASILEIRO É QUE VOCÊ NÃO TERÁ UM TRABALHADOR, UMA EMPRESA E UMA BASE SINDICAL DA FORMA COMO EXISTIAM ANTES”

uma grande empresa química como a Basf, dependendo da cidade ou estado onde está, ela tem uma representação de uma central sindical ou de outra. O desafio de unificar essa atuação é grande. Mas o IOS exerceu o papel de mostrar que a luta sempre foi em torno das mesmas reivindicações. Os mesmos problemas da Basf em São Paulo podem ser parecidos com os da

Basf no Rio de Janeiro. O capital e os patrões tratam das questões de uma forma unitária, o planejamento é único para o Brasil todo. É fácil para eles fecharem uma empresa em um local, transferir ou demitir trabalhadores. O IOS mostrou, principalmente aos dirigentes sindicais, que não adianta só organizar a luta nas suas bases, é preciso se articular com outras bases e avançar para a cadeia produtiva.

IOS: O desequilíbrio de forças existentes entre capital e trabalho ainda é um grande desafio, ainda mais agora com a reforma trabalhista. Qual é o papel dos sindicatos nesse processo?

Santos: O capital está cada vez mais concentrado e financeirizado. Hoje, com o apertar de uma tecla, ele mobiliza milhões para qualquer lugar do mundo. Cerca de 700 corporações controlam 90% de tudo o que é produzido no mundo. O capitalismo faz com que existam lugares onde eu posso ganhar mais dinheiro com trabalhadores ganhando menos e com menos direitos. Às vezes, sinto que parte do empresariado, principalmente o brasileiro, queria que a Lei Áurea e o fim da escravidão não tivessem acontecido. Um dos desafios desse momento de desmonte da CLT e do Estado brasileiro, é que você não terá um trabalhador, uma empresa e uma base sindical da forma como existiam antes. A tendência é que o sindicato que mantiver a

organização exatamente como na década de 80 terá um número cada vez menor de filiados. Devem existir empresas com 30 novas companhias embaixo delas, com pessoas trabalhando como PJ, prestadores de serviço e terceirizados. A gente tem que ter a preocupação em representar esse conjunto de pessoas e dialogar com elas. E aí eu volto também ao papel do IOS. Estou convencido de que vamos ter de avançar na organização por cadeias produtivas. Não teremos 320 ramos de atividade como existem hoje no Brasil. Podemos ter 14 mil setores de atividades mas se os trabalhadores não se unificarem e perceberem que a luta é uma luta de classe, e não de categoria, cada vez mais dividida, corremos o risco de ter pessoas que comecem a achar que o sindicato não serve para nada.

IOS: Qual o acontecimento que mais marcou você durante a sua gestão?

Santos: Uma das experiências que mais me marcou foi acompanhar denúncias de trabalho escravo na cadeia produtiva das montadoras de veículos e sobre trabalho infantil. Acho que denunciar isso é trabalhar para um mundo melhor e mais justo. Lutamos permanentemente para melhorar as condições de vida e a qualidade de vida das pessoas. Esse é o nosso papel e o IOS tem nos mostrado isso ao longo de 20 anos.



Pesquisa é fundamental para dirigentes sindicais

O atual secretário-adjunto de Administração e Finanças da CUT, Donizetti Silva, acumula uma longa trajetória no mundo sindical. Ele começou a sua carreira em São Bernardo do Campo como trabalhador na Basf e depois foi diretor do Sindicato dos Químicos do ABC.

Além disso, foi coordenador político da sub-sede do sindicato, em 1997, e elegeu-se secretário de formação. Na presidência do IOS, Silva acompanhou de perto o apoio do instituto à criação de redes sindicais.

Instituto Observatório Social: Qual a importância do IOS para as lutas da CUT e do movimento sindical?

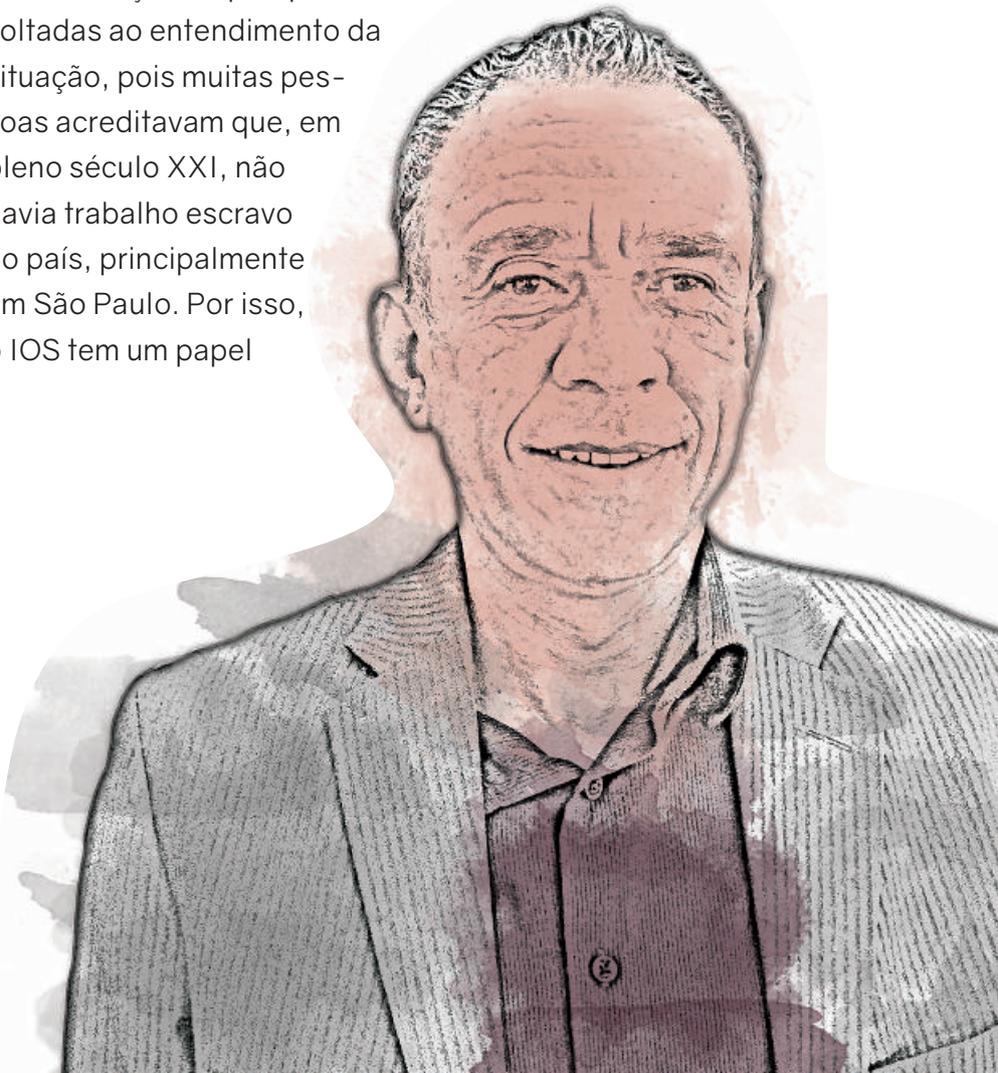
Donizetti da Silva: Acho que uma central como a CUT, com

a responsabilidade que ela tem no Brasil e na América Latina, precisa ter um centro de pesquisa como o Observatório Social. Para nós elaborarmos políticas, é necessário saber para onde vamos. Um exemplo de discussão importante que tivemos durante minha gestão foi sobre o trabalho escravo. O IOS foi muito importante na elaboração de pesquisas voltadas ao entendimento da situação, pois muitas pessoas acreditavam que, em pleno século XXI, não havia trabalho escravo no país, principalmente em São Paulo. Por isso, o IOS tem um papel

importante na elaboração de pesquisas para subsidiar a nós, dirigentes da CUT.

IOS: Qual iniciativa do instituto foi mais marcante para você?

Silva: No período em que fui presidente do IOS estavam surgindo muitas redes de tra-



balhadores e naquele momento discutíamos a organização das redes sindicais de empresas como C&A, Basf, AkzoNobel e Bayer. A gente sabia que essas multinacionais assinavam acordos internacionais em seus países sede e não socializavam isso no Brasil. Hoje sabemos também que, quando uma multinacional assina normas internacionais, ela tem de cumpri-las em qualquer lugar do mundo. Mas naquela época os trabalhadores que estavam organizados em rede não tinham essa compreensão. Naquele período massificamos muito esse tema, fizemos muitos intercâmbios e trouxemos comissões de fábrica de outros países para difundir a questão. Assim conseguimos construir o diálogo social com multinacionais. Esse processo evoluiu e se organizou, e atualmente temos três ou quatro redes bem consolidadas.

IOS: Fale mais da organização e formação das redes sindicais

Silva: As redes têm um papel muito importante no caminho de buscar um acordo nacional dentro as multinacionais. No Brasil, nós temos dificuldades de buscar esses acordos. Graças às

redes conseguimos construir comissões de fábrica em todas as unidades da Basf. Essa conquista é um avanço para a CUT e para os trabalhadores de uma forma geral.

IOS: Você atuou bastante no ramo químico. Como isso influenciou a sua gestão no IOS? E como o instituto contribuiu para a sua trajetória?

Silva: Já conhecia o IOS quando eu era coordenador do ramo químico e tinha na CNQ (Confederação Nacional do Ramo Químico) uma política de rede de trabalhadores. Eu precisava do subsídio que o IOS podia oferecer para oxigenar as redes de trabalhadores. Eu me aproximei do IOS em um momento em que estava organizando redes no ramo químico. Quando me tornei presidente do IOS até me assustei porque eu precisava justamente da experiência no instituto naquele momento. Com o tempo, o IOS me ajudou a ampliar conhecimentos. Quando você estuda um tema

com mais intensidade, é possível enxergar as coisas com mais clareza. Levei essa percepção para dentro da CUT e até hoje utilizo as informações e publicações produzidas pelo IOS para subsidiar as discussões que faço junto à central.

IOS: Como sindicatos, federações e confederações podem utilizar as pesquisas do IOS para as suas agendas luta?

Silva: Primeiramente, a pesquisa, para nós dirigentes sindicais que estamos pensando ações estratégicas, é fundamental. Precisamos conhecer a realidade de hoje para saber para onde ir. Acompanho muito o trabalho do instituto, principalmente junto aos congressos da CUT, porque eu posso ver o que acontece em casa. Essas pesquisas realizadas no congresso ajudam a conhecer de fato o que pensa o movimento sindical sobre determinados temas, como a organização nos locais de trabalho e a autonomia e liberdade sindicais.

“PRECISAMOS CONHECER A REALIDADE DE HOJE PARA SABER PARA ONDE IR. ACOMPANHO MUITO O TRABALHO DO INSTITUTO, PRINCIPALMENTE JUNTO AOS CONGRESSOS DA CUT, PORQUE EU POSSO VER O QUE ACONTECE EM CASA”



A grande contribuição do Observatório é desvendar o que acontece dentro das fábricas

Roni Barbosa, atual Secretário de Comunicação da CUT Nacional, começou sua trajetória no Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina. Também foi da CUT Estadual do Paraná e um dos fundadores da central no Estado. Entre os fatos marcantes da sua gestão como presidente do IOS, ele destaca a importância do trabalho do instituto para revelar as violações dos direitos dos trabalhadores.

Instituto Observatório Social (IOS): Dentre as frentes de trabalho do instituto, qual lhe chamou mais atenção?

Roni Barbosa: O instituto é conhecido nacionalmente e internacionalmente, e tem muitas relações fora do país. O que marca até hoje é o respeito que o Observatório sempre teve das entidades de pesquisa e de trabalhadores, e até mesmo de setores patronais. Há vários exemplos de pesquisas que ganharam respeito graças à metodologia de estudo do IOS, que eu diria que acaba trazendo à academia uma pesquisa muito mais próxima do chão de fábrica. Acho também que a grande contribuição do Observatório é desvendar o que acontece dentro das fábricas e do mundo do trabalho. Há um tabu, pelo menos no Brasil, de que o que acontece dentro das empresas não é público ou não é do interesse público. Muitos trabalhadores sofrem abusos

durante as suas jornadas. Essa talvez seja a característica mais marcante do Observatório nesse período em que passei lá, que é revelar o que acontece no mundo do trabalho e fazer a relação entre o que as empresas praticam aqui e com o que é praticado nas suas sedes em outros países.



IOS: Qual a importância tanto dos parceiros internacionais quanto da CUT para o instituto desenvolver seu trabalho?

Roni: Esses parceiros são fundamentais para que o Observatório possa ter relações fora do Brasil, estabelecer conexões e obter financiamento para que as pesquisas possam ser feitas. Várias entidades como a DGB BW, a Friedrich Ebert Stiftung (FES) e outras entidades ligadas ao movimento sindical têm essa relação com o Observatório, e ajudaram muito o IOS, inclusive na integração com países latino-americanos.

IOS: Na sua opinião, como o IOS contribuiu para o avanço do debate sobre o combate ao trabalho escravo e a luta pelo Trabalho Decente?

Roni: O Trabalho Decente e o trabalho escravo fazem parte da mesma moeda. Combater o trabalho escravo é fortalecer o Trabalho Decente. O Observatório cuidou muito do debate sobre o trabalho escravo, que é oculto e dificilmente aparece para a sociedade. No imaginário da população, esse trabalho está nas fazendas, afastado dos grandes centros urbanos. Durante a atuação do IOS, foi descoberto que o trabalho escravo urbano havia superado o trabalho escravo rural, e que estava

“ESSE É UM PERÍODO MUITO DIFÍCIL PARA O MUNDO DO TRABALHO, E CERTAMENTE TEREMOS QUE REDOBRAR NOSSA ORGANIZAÇÃO E TAMBÉM AS PESQUISAS PARA MANTER OS DIREITOS DOS TRABALHADORES”

incrustado dentro das capitais. Principalmente em São Paulo, na área da costura e da construção, setores em que as pessoas não imaginavam que isso pudesse acontecer, mas acontecia principalmente com migrantes de outros países. Essas pessoas estavam invisíveis. O IOS participou inclusive da construção de um instituto para combater o trabalho escravo no país, o InPACTO. Existe uma parcela do empresariado que não quer ter seu negócio e sua atividade vinculados ao trabalho escravo; eles querem combater porque isso gera uma concorrência desleal com quem trabalha de maneira correta. Em muitos lugares, esse tema não é pesquisado e assim não é descoberto.

IOS: E hoje, qual a avaliação que você faz do comportamento das empresas nessa conjuntura de desmonte de direitos?

Roni: A conjuntura de hoje é muito mais difícil do que há alguns anos. Estamos vivendo um período de desemprego, com a desestruturação da economia brasileira e uma crise política e econômica sem precedentes. Tudo isso causado por uma quadrilha que assumiu a gestão do país depois da derrubada da presidenta eleita Dilma, e tomou de assalto o poder. Eles estão

atacando duramente os trabalhadores por meio de uma pseudo reforma trabalhista. Com isso, as previsões são de trabalhos cada vez mais precários no país. Esse é um período muito difícil para o mundo do trabalho, e certamente teremos que redobrar nossa organização e também as pesquisas, para manter os direitos dos trabalhadores.

IOS: O que você levou da sua trajetória para o IOS e de que forma o IOS contribuiu para a sua atuação como dirigente?

Barbosa: Levei para o IOS a experiência que eu já acumulava da CUT e com os petroleiros, como a vivência do dia a dia de assembleias, das lutas por direitos, greves e mobilizações. E a experiência de inúmeras negociações coletivas das quais participei, especialmente no Paraná. Foi um processo muito interessante, sair da luta política diária para o Observatório que atua mais na retaguarda e na organização de processos que vão contribuir para a luta política. Também aprendi bastante sobre como se realizam as pesquisas, e a compreender melhor a necessidade que a gente tem de estar conectado ao mundo acadêmico para que ele possa nos dar suporte para atuação sindical.



Temos de aproveitar a experiência do IOS para ajudar os trabalhadores a saírem do golpe

O presidente do IOS, Siderlei de Oliveira, aposta no IOS como instrumento de resistência na atual conjuntura de retirada de direitos dos trabalhadores. Há mais de 40 anos no sindicalismo, o dirigente fala ainda do crescimento da Contac, entidade que também preside atualmente.

Instituto Observatório Social (IOS): Comente um pouco a sua trajetória.

Siderlei de Oliveira: Com a ditadura, tive que sair do país porque estavam perseguindo o movimento sindical. Então,

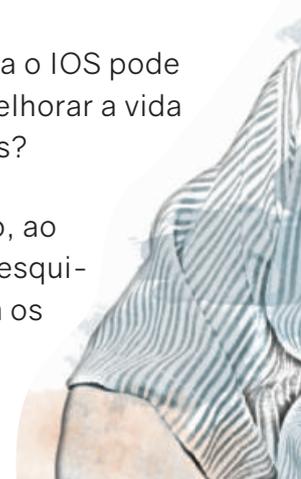
fui trabalhar em um programa de formação de língua portuguesa e espanhola no exterior. Também fui diretor do Dieese, no Rio Grande do Sul e nacional. Já o instituto, conheço há muito tempo. Acompanhava vários projetos internacionais, e então a CUT me chamou para administrar o IOS. Eu tive algumas dificuldades em relação a isso. Além de dirigir uma confederação que está crescendo como a Contac, - hoje é uma das maiores confederações da CUT, - também tenho a responsabilidade de presidir um instituto que precisa ter um olhar mais de perto. Mas, graças à equipe que temos hoje no IOS, estamos conseguindo tocar. Além disso, tenho mais de 40 anos de sindicalismo. E foi muito importante para a minha vida sindical eu ter me formado dentro de uma ditadura, pois ser um sindicalista na ditadura é diferente de como é hoje. Tudo era mais difícil.

IOS: Qual é o papel do Observatório hoje?

Oliveira: O instituto atualmente tem o dobro da importância que tinha antes. As responsabilidades são bem maiores. Uma situação era ter o IOS dentro de uma sociedade que avançava na proposta de bem-estar social, como foi durante os governos Dilma e Lula. Outra, é ter um Observatório Social dentro de um golpe que vai totalmente contra os trabalhadores e o social. Precisamos aproveitar a nossa existência e experiência para ajudar os trabalhadores a saírem desse golpe.

IOS: De que forma o IOS pode contribuir para melhorar a vida dos trabalhadores?

Oliveira: Primeiro, ao fazer estudos e pesquisas que informam os



trabalhadores e contribuem para que eles se defendam do sistema que está aí hoje. Além disso, precisamos direcionar as pesquisas para os problemas brasileiros. O IOS trabalhou bastante com as questões internacionais, mas agora temos um problema tão grave ou mais do que os países com os quais tínhamos preocupação. O maior problema nesse momento são as mudanças que aconteceram no Brasil com o golpe. Estamos sendo governados por fascistas, por pessoas que odeiam pobres. E quem odeia pobre, odeia o

trabalhador. Esse é também o papel do Observatório: denunciar a forma como tratam os trabalhadores.

IOS: No ramo da indústria da alimentação, quais as dificuldades que os sindicatos e a Contac encontraram para defender os direitos dos trabalhadores?

Oliveira: Viemos para fazer o enfrentamento ao movimento sindical da alimentação porque os trabalhadores da alimentação perderam a liberdade e autonomia sindical. Então, sentimos necessidade de criar a nossa confederação com a visão da CUT. As poucas entidades filiadas à Contac são as únicas que têm eleição direta. Também vivemos 20 anos ilegítimos; a legislação dizia que nós não éramos uma entidade. Mas nós existíamos de fato, e com a aceitação dos trabalhadores pela nossa legalização fomos crescendo. Hoje somos a maior confederação do ramo.

“O INSTITUTO ATUALMENTE TEM O DOBRO DA IMPORTÂNCIA QUE TINHA ANTES. UMA SITUAÇÃO É TER O IOS DENTRO DE UMA SOCIEDADE COM BEM-ESTAR SOCIAL. OUTRA, É TER UM OBSERVATÓRIO SOCIAL DENTRO DE UM GOLPE”

IOS: O senhor acredita que o IOS será um instrumento de resistência na atual conjuntura?

Oliveira: Vai depender de nós. Nosso trabalho é em defesa da legislação justa para os trabalhadores. Nesse desmanche que fizeram com a legislação dos trabalhadores, o nosso papel é muito importante. Também vai depender das entidades sindicais terem a visão da importância que podemos ter nesse momento. O IOS tem condições, por exemplo, de começar a elaborar material de formação. E estamos precisando de formação para trabalhadores dentro das fábricas. Para eles saberem o que está acontecendo e se defenderem.



Método de pesquisa inédito fortalece a luta do movimento sindical pelo trabalho decente

Ao longo de 20 anos, o Instituto Observatório Social (IOS) realizou pesquisas com mais de 100 empresas no Brasil, a maioria multinacionais. Os resultados produzidos contribuíram para a negociação de melhores condições de trabalho e a defesa dos direitos humanos dos trabalhadores.

Para isso, os estudos desenvolvidos pelo IOS contam desde o início com um diferencial que é a utilização de uma metodologia de pesquisa exclusiva criada a partir da declaração da OIT sobre os Direitos Fundamentais do Trabalho (DFT). O documento diz respeito a não discriminação no trabalho, igualdade de oportunidades em relação à raça e gênero, combate ao trabalho escravo e infantil, direito à liberdade sindical e negociação coletiva. Em sua pesquisa, o IOS agregou ainda questões como saúde do trabalhador e meio ambiente.

“Avaliar as empresas em relação às normas da OIT foi um acerto muito positivo porque despertou um sentimento de solidariedade entre os países, principalmente entre os europeus que tinham uma grande preocupação com as empresas

que fugiam para países com regras trabalhistas mais flexíveis”, recorda Odilon Faccio, que ocupou o cargo de coordenador de Relações Institucionais do IOS, e atualmente é secretário-executivo adjunto do Movimento Nacional ODS. Ele ressalta que para os sindicatos as informações eram muito valiosas. “Na época fazíamos relatórios executivos, uma espécie de síntese para os dirigentes sindicais a partir dos relatórios da pesquisa. O material facilitava a ação sindical perante as empresas e o diálogo com os sindicatos”, conta o ex-coordenador.

A participação espontânea das empresas também favorecia vários processos de negociação coletiva. “Uma coisa é fazer a pesquisa do ponto de vista do sindicato. Outra situação era junto com as empresas que passavam a olhar os sindicatos com outros olhos e a melhorar suas práticas”, completa Faccio.

“O IOS é um organismo muito importante para o mundo do trabalho e de apoio para o movimento sindical. Mas também consegue contribuir para melhorar aspectos da gestão de uma empresa”, comenta Amarildo Dudu Bolito, que

foi Coordenador de Relações Institucionais do IOS. “Quando uma multinacional permite ser avaliada a partir de indicadores de Trabalho Decente e, não por um órgão público ou instrumento de mercado, mas a partir do olhar científico de quem pensa o mundo do trabalho, ela tem muito ganhar”, completa.

Já em 2011, o instituto inovou mais uma vez ao adotar em sua metodologia de pesquisa o conceito de Trabalho Decente (TD) da OIT. Criando seus próprios indicadores de TD para serem aplicados nas pesquisas nas empresas, o instituto incorporou à pesquisa também questões como assédio moral, doenças mentais, equilíbrio entre trabalho e vida familiar.



Dudu Bolito, ex-coordenador de Relações Institucionais do IOS

Os questionários utilizados são ainda adaptados de acordo com cada setor estudado. “O IOS possui uma metodologia única que combina os indicadores de TD e pesquisa de campo com o uso de metodologias qualitativas e quantitativas que verificam por meio de entrevistas a percepção de trabalhadores e dirigentes sindicais sobre o mundo do trabalho para além das questões legais e normativas”, explica Lilian Arruda, coordenadora de Pesquisa do IOS.

Lilian também destaca que os indicadores de TD foram construídos coletivamente pela equipe de pesquisadores e contribuíram para fortalecer a luta de sindicatos. “A partir dessa base metodológica, os trabalhos de pesquisa do IOS reforçaram sua função de monitorar o trabalho decente mediante comparações históricas e geográficas, de provocar a reflexão entre trabalhadores e trabalhadoras sobre trabalho decente e de disponibilizar para o movimento sindical uma ferramenta a mais para suas ações estratégicas”, aponta a pesquisadora.

Para o futuro, o IOS pretende investir sua força de trabalho nos desafios já existentes e nos desdobramentos de novos cenários do mundo do trabalho. No momento, o instituto debate a possibilidade de incorporar aos seus temas de estudos, por exemplo, as demandas dos trabalhadores jovens, da comunidade LGBT - incluindo reflexões sobre a questão de gênero - além de acompanhar o



Lilian: “IOS é uma ferramenta de luta para a classe trabalhadora”

surgimento de outras formas de organização do trabalho como o trabalho sob demanda, também chamado de “uberização”.

“Outro ponto que reforçamos é que em um contexto de retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, a pesquisa do IOS nega a neutralidade, sendo uma ferramenta de luta da classe trabalhadora e do movimento sindical cutista que busca a unidade entre pesquisa e ação política e sindical”, conclui Lilian.



Faccio: material produzido pelo IOS facilitava a ação sindical

Barbara Palma

A VOZ DOS DIRIGENTES

Outra especialidade do IOS é realizar pesquisas focadas em congressos sindicais. Há mais de dez anos o instituto traça o perfil de delegados participantes do Congresso Nacional da CUT (Concut) vindos de sindicatos, federações e confederações de diversos estados brasileiros. Esse trabalho tem o objetivo de verificar a percepção dos sindicalistas com relação a temas como Trabalho Decente e Responsabilidade Social Empresarial, além de aferir a opinião deles sobre a atuação e organização de seus sindicatos.

Mais de 600 dirigentes participaram do último levantamento realizado em agosto de 2017 durante a 15ª Plenária e Congresso Extraordinário da CUT. Em 2015, durante o 12º Concut, mais de mil dirigentes responderam aos questionários. Outro destaque dessa edição foi uma pesquisa sobre os desafios globais e as experiências da revitalização sindical em diferentes países. O estudo foi realizado com o objetivo de contribuir para a elaboração de uma agenda comum que tenha como ponto de partida a busca contínua pelo crescimento e consolidação do sindicalismo mundial.

Barbara Palma

Estudos mapeiam déficits de Trabalho Decente na América Latina

Desde 2015, o Instituto Observatório Social (IOS) coordena pesquisas sobre déficits de Trabalho Decente em sete países da América Latina: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, México e Uruguai. Os estudos, desenvolvidos pela Rede Latino-Americana de Pesquisas em Empresas Multinacionais (RedLat), contribuem para ampliar o conhecimento do movimento sindical sobre os abismos trabalhistas e as desigualdades sociais existentes nesses países. A iniciativa conta com o apoio da DGB Bildungswerk (DGBBW).

Em 2017, o projeto completa seu ciclo de duração, tendo avaliado as condições de Trabalho Decente em cada um dos países a partir de indicadores como oportunidades de emprego, remuneração, proteção social, liberdade sindical e negociação coletiva. Durante três anos, a RedLat compilou as pesquisas e dados, e produziu três volumes de publicações, disponíveis gratuitamente na versão impressa e online.

DIREITOS EM DECLÍNIO

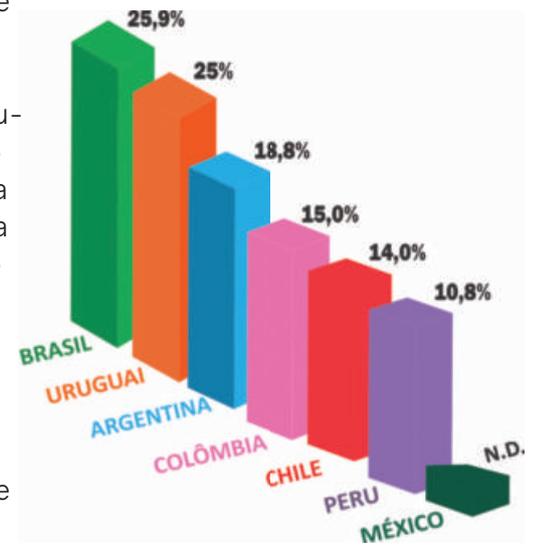
Facilitar o acesso de trabalhadores da região ao Trabalho Decente é um dos grandes desafios para os sindicatos da Améri-

ca Latina, região que sempre foi vulnerável às ofensivas contra sua democracia. Apesar da melhora das políticas sociais que vieram com o avanço de governos de esquerda na região, os estudos da RedLat mostram que a partir de 2015 os déficits de trabalho decente se acentuaram. “As pesquisas indicam que a crise econômica mundial, acentuada por retrocessos neoliberais com retirada de direitos dos trabalhadores na América Latina, contribuiu para o aprofundamento dos déficits que já existiam na região”, comenta Lilian Arruda, coordenadora de pesquisa do IOS. Os últimos estudos da RedLat destacam ainda o agravamento da crise econômica no Brasil após o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, e na Argentina, com o governo de Mauricio Macri.

Segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cada décimo de redução do crescimento econômico reduz cerca de 100 mil empregos na região.

As pesquisas da RedLat apontam também outros efeitos da crise econômica na região, como o aumento das taxas de desemprego, e uma maior desigualdade salarial entre homens e mulheres. Em 2014 no Brasil, por exemplo, as mulheres ganhavam 30% a menos do que os homens. Elas também são as mais

Taxa de desemprego ENTRE JOVENS em 2016



Infográfico: Sheila Fernandes

A importância da RedLat para as ações estratégicas do sindicalismo latino-americano

Por Rede Latino-Americana de Pesquisa em Empresas Multinacionais (RedLat)

A RedLat foi criada em 2005, com o objetivo de afirmar e fortalecer o poder dos sindicatos nas relações destes com as empresas e outros atores sociais. Enquanto ferramenta para a ação sindical, a rede surge com os desafios de compreender a expansão das empresas multinacionais na região e seus impactos laborais, bem como de impulsionar a negociação coletiva e o diálogo social para equiparar os direitos laborais tendo como base normas internacionais.

Em 2006, a rede adota um marco metodológico comum a ser aplicado de acordo com a realidade socioeconômica e sindical de cada país. As pesquisas foram divididas em cinco temas: perfil e estratégia empresarial, perfil e estratégia sindical, relações e condições de trabalho, meio ambiente sustentável e Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

Em 2007, a RedLat desenvolve pesquisas nas empresas multinacionais BBVA, Telefônica e Unilever. Em 2009, realiza uma pesquisa sobre a China (Made in China: oportunidades e ameaças colocadas pela ascensão global da China para os trabalhadores latino-americanos). Em 2010 e 2011, a rede elabora o estudo “Situação da terceirização na América Latina e perspectivas para regulação”.

Em 2012, realiza uma pesquisa sobre as condições de trabalho na empresa Siemens. Finalmente, em 2015, a rede inicia estudos de Trabalho Decente, tendo como base cinco indicadores: contexto socioeconômico, oportunidades de emprego, remunerações, proteção social, liberdade sindical e negociação coletiva.

Após três anos, estes estudos demonstram que, apesar de o último decênio ter registrado melhoras em uma série de indicadores de desigualdade social em países que integram a rede, ainda persistem graves problemas na distribuição de renda. Além disso, contextos socioeconômicos e políticos, como o golpe de Estado parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff no Brasil e a eleição de Mauricio Macri na Argentina possibilitaram a implementação de uma agenda neoliberal radical que contribuiu para retrocessos sociais e a retirada de direitos. É evidente que os desafios da RedLat continuam atuais, mas a rede agregou outros desafios além do monitoramento das empresas multinacionais: compreender as mudanças socioeconômicas nos países, que não estão desvinculadas das metamorfoses do mundo do trabalho.

As desigualdades resistentes, o ataque aos direitos das classes trabalhadoras e, a crescente opressão e repressão contra os movimentos sociais e organizações sindicais na América Latina, colocam a RedLat como um ator importante na produção de conhecimento e informação. A rede possibilita a troca de experiências entre organizações sindicais latino-americanas e também a mobilização da resistência dos trabalhadores e trabalhadoras de forma conjunta e solidária.



Confira as pesquisas completas no site www.redlat.net

A RedLat é formada pelo Centro de Investigación Laboral y Asesoría Sindical (CILAS), Escuela Nacional Sindical (ENS), Programa Laboral de Desarrollo (Plades), Instituto Cuesta Duarte (ICD), Centro de Estudios Nacionales de Desarrollo Alternativo (CENDA) e Centro de Estudios y Formación Sindical (CEFS), além do IOS que exerce sua coordenação.

O Brasil na contramão da Convenção da OIT sobre Trabalho Doméstico

Aprovada em 2011, a Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata do Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos, permanece na gaveta do Congresso Nacional.

A norma internacional recomenda a equiparação de direitos de empregados domésticos, aos não domésticos como o direito a jornadas justas de trabalho, descanso semanal de pelo menos 24 horas consecutivas, transparência sobre as condições de emprego, cobertura básica de seguridade social e o respeito dos direitos fundamentais do trabalho. Até o momento, a convenção foi ratificada em 22 países: África do Sul, Alemanha, Argentina, Bélgica, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Filipinas, Finlândia, Guiana, Guiné, Irlanda, Itália, Jamaica, Maurtânia, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Portugal, Suíça e Uruguai.

Para representantes da categoria no Brasil, a Conven-

ção 189 representa um avanço muito grande e fortalece a luta do trabalhador doméstico.

“Se a convenção tivesse sido ratificada, a situação da categoria das trabalhadoras domésticas poderia ser melhor. A lei 150 foi muito importante, mas a 189 é uma norma internacional que iguala os direitos da categoria em todo o mundo. Agora, mais do que nunca, precisamos estar atentos a todo tipo de retrocessos e lutar para manter nossos direitos”, diz Creuza Maria de Oliveira, ex-presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad).

A dirigente ressalta também que os avanços na legislação brasileira para a categoria não foram colocados em prática. “Poucas trabalhadoras são beneficiadas. Os patrões não estão respeitando esses direitos, existem companheiras ainda morando no local de trabalho, que não recebem as horas extras e adicional noturno. Inclusive, depois da lei, muitas domésticas que trabalhavam há

anos em algumas casas foram demitidas porque o patrão não quer ter vínculo empregatício e pagar FGTS”, afirma Creuza.

A Lei Complementar 150, sancionada durante o governo Dilma, foi bastante comemorada pela categoria, pois possibilitou benefícios como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o pagamento de horas extras, que estavam presentes na chamada PEC das Domésticas, de 2013, mas ainda aguardavam regulamentação.



Creuza Maria de Oliveira, ex-presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad).

CONQUISTAS AMEAÇADAS

“Sabemos que historicamente fomos injustiçadas e desvalorizadas. As trabalhadoras domésticas em sua maioria são negras e da periferia. Nossa luta já dura 80 anos. A lei 150 nos ajudou a avançar, mas se analisarmos também deixa a desejar”, opina Luiza Batista Pereira, atual presidenta da Fenatrad.

Luiza enfatiza também que a reforma trabalhista poderá impactar negativamente as conquistas na legislação até agora. “Se para os trabalhadores de outras categorias, já será difícil com a regulamentação da jornada intermitente, o que vai acontecer com as trabalhadoras domésticas nesse caso? Com certeza essa reforma não contempla a categoria. Lutamos muito para conseguir nossos direitos na lei e para ter uma convenção internacional, a 189 da OIT. Nós vamos continuar lutando para mantê-los”, declara Luiza.

Lucilene Binsfeld



Maria Regina Teodoro, diretora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas e Região.

A Convenção 189 foi aprovada durante a 100ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT, realizada em Genebra, na Suíça, em junho de 2011. Essa foi a primeira norma internacional que estabeleceu medidas destinadas a melhorar as condições de trabalho de trabalhadores domésticos. “Quando a OIT trouxe o Trabalho Decente para o seu campo de organização internacional do trabalho em 2005, as trabalhadoras domésticas não tinham seus direitos garantidos, nem na CLT nem na Constituição. Portanto, o que reforçávamos na época é que não poderia haver Trabalho Decente para todos sem discutir a questão das domésticas”, lembra Maria Regina Teodoro, diretora do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas e Região.

O esforço conjunto do movimento sindical brasileiro e de movimentos sociais de mulheres foi fundamental para

a aprovação da 189, conta a dirigente. “A CUT, junto com a Fenatrad e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comércio e Serviços (Contracs), participaram dessa luta desde o início”, diz Regina.

“O Brasil foi um exemplo para os demais países durante a Conferência devido ao histórico de luta das trabalhadoras domésticas. Mas infelizmente até o momento não ratificou. Além disso, tivemos no Brasil muito apoio da CUT, Contracs e de movimentos sociais de mulheres para alcançar essa vitória”, conta Ione Santana Oliveira, ex-presidenta da Fenatrad. Ela também demonstra preocupação sobre os rumos da nova legislação trabalhista. “Estamos



Ione Santana Oliveira, ex-presidenta da Fenatrad.

ameaçadas diante das reformas. É muito triste, principalmente para quem participou da luta, ver que podemos perder direitos que lutamos durante anos para conseguir”, finaliza Ione.

Arquivo pessoal



Luiza Batista Pereira, atual presidenta da Fenatrad.

Arquivo Contracs

Confira a opinião de dirigentes da CUT sobre Trabalho Decente



Arquivo Contracs

“A Contracs entende a importância de uma atuação efetiva para garantir o trabalho decente no ramo do comércio e serviços. Por isso, exige direitos como a igualdade de oportunidades, seja na questão de gênero, como na questão racial; a redução da jornada de trabalho sem redução salarial; a remuneração igual para trabalho de igual valor; a igualdade de direito entre terceirizados e trabalhadores diretos; e o combate ao trabalho escravo e infantil. Destacamos que, pelo diálogo social, construímos junto ao governo, empresas e demais entidades do movimento sindical o Pacto Nacional do Trabalho Decente na Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas em 2016, garantindo condições dignas de trabalho e o acompanhamento das contratações e rescisões junto aos sindicatos”.

Alci Matos Araujo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs/CUT)



Edu Guimarães

“A Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT tem fomentado em todo o Brasil a luta em defesa da construção do Trabalho Decente. Nós queremos a geração de empregos que permeie o desenvolvimento sustentável, justiça social e distribuição de renda. Não queremos esses empregos que a reforma trabalhista do governo golpista vai gerar. Esse tipo de trabalho destrói direitos históricos da classe trabalhadora, conquistados através de muita luta, suor e sangue. Essa reforma trabalhista legaliza o trabalho intermitente, no qual o trabalhador fica à disposição do patrão 24 horas por dia, mas só recebe as horas trabalhadas. Ou seja, é o oposto do Trabalho Decente porque é a escravidão do século XXI. Este é apenas um exemplo de tantas atrocidades que iremos enfrentar quando este projeto entrar em vigor.”

Paulo Cayres, presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT)



“A Contraf defende um projeto de desenvolvimento com geração de emprego e distribuição de renda, Trabalho Decente, aposentadoria digna e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário. Queremos um Brasil com Trabalho Decente, com salários dignos, onde se possa exercer uma profissão com respeito e qualidade de vida. Uma sociedade igualitária não pode conviver com a exploração do seu povo. O nosso processo civilizatório não comporta mais relações arcaicas de trabalho que beiram a semelhança com o trabalho escravo”.

Roberto von der Osten, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT)



“A Contac sempre lutou para garantir o acesso dos trabalhadores e trabalhadoras do ramo da alimentação ao Trabalho Decente, e pela aprovação de normas como a NR 36, que assegura a saúde e a segurança dos trabalhadores. Nosso objetivo também é unificar as lutas do campo e da cidade, melhorar salários e condições dos trabalhadores das fábricas, e lutar pelo reconhecimento dos agricultores, que são imprescindíveis no processo de produção dos alimentos. Nossa atuação busca ainda contribuir para melhorar a qualidade da comida que chega à mesa dos brasileiros. O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, e está entre os que mais consomem agrotóxicos. Para a Contac, ter o direito de trabalhar com produtos não contaminados por agrotóxicos também atende ao conceito do Trabalho Decente”.

Siderlei de Oliveira, presidente do Instituto Observatório Social e da Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação (Contac)



“A educação é fundamental para o Trabalho Decente. As bandeiras de luta da CNTE dialogam diretamente com as prioridades da Agenda Nacional de Trabalho Docente para a Juventude. A agenda se organiza em torno de “mais e melhor educação; conciliação entre estudos, trabalho e vida familiar; inserção digna e ativa no mundo do trabalho; diálogo social”. A luta da CNTE é pelo direito à educação para todos e todas por meio da valorização dos seus profissionais, com a exigência de concurso público para o ingresso na carreira. E também por um piso salarial nacional, pelo desenvolvimento na carreira, condições adequadas de trabalho e aplicação da gestão democrática no sistema de ensino e na gestão da escola. Nossa luta contribui para que a classe trabalhadora brasileira conquiste as condições adequadas para o desenvolvimento do Trabalho Decente no país”.

Heleno Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

Mauro Pedroso



“Tivemos um avanço importante no Governo Dilma para o Trabalho Decente das pessoas com deficiência, com a criação em 2015 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Já tínhamos conquistado a lei de cotas para essas pessoas em 99. Porém, a efetivação desses direitos não ocorreu plenamente. O percentual de trabalhadores nessas condições incluídos no mercado de trabalho pela lei de cotas, por exemplo, é muito pequeno, não chega a 1%. Também existe ainda uma resistência a essas contratações, desconsiderando inclusive a qualificação e o potencial dessas pessoas. E agora, com o golpe e as reformas, corremos o risco de perder as conquistas dessas legislações, pois com a precarização do trabalho, os setores e trabalhadores mais vulneráveis serão os mais afetados”.

Jandyra Uehara,
Secretária Nacional
de Políticas
Sociais e Direitos
Humanos da CUT

Roberto Parizoffi



“Para falar de Trabalho Decente para a juventude, temos que considerar a necessidade de oferecer ao jovem um trabalho de qualidade, que leve em conta questões como jornada, remuneração justa e tempo de deslocamento até o emprego. Com a falta de políticas públicas adequadas e a desigualdade social, muitos jovens têm a necessidade de conciliar emprego, educação e responsabilidades domésticas. Os jovens também estão entre os trabalhadores que mais caem na terceirização e são submetidos a trabalhos precários. Precisamos falar ainda do Trabalho Decente para a juventude rural, que significa ter acesso à terra para que o jovem possa exercer sua atividade e permanecer no campo. Não podemos esquecer também, que lutar pelo direito do Trabalho Decente para o jovem, é também garantir outros direitos, como o acesso à cidade, à cultura e ao lazer”.

Edjane Rodrigues,
Secretária Nacional
de Juventude da CUT

Dino Santos



“A população LGBT é uma das mais discriminadas no mercado de trabalho. A nossa luta se fortaleceu a partir da década de 90, quando começaram as discussões sobre os direitos da comunidade como a parceria civil. Hoje, gays e lésbicas conseguem participar mais do mercado de trabalho. Claro que ainda existe discriminação, mas se pensarmos nas outras letras, especificamente as travestis e transexuais, esse acesso é praticamente impossível. Não existe mercado de trabalho para essas pessoas que, em sua grande maioria, terminam na prostituição. Entendemos que no momento, sobretudo, para travestis e transexuais, é necessário um mecanismo que garanta o mínimo de acesso ao emprego. Um sistema de cotas, por exemplo, atenderia essa necessidade”.

Marcos Freire, Coor-
denador do Coletivo
LGBT da CUT São
Paulo

Cuf Brasil



“As diversas formas de discriminação – especialmente as de gênero e raça – estão associadas aos fenômenos de exclusão social que dão origem e reproduzem a pobreza. Esta lógica se reflete no mercado de trabalho, no qual as mulheres, especialmente as negras, vivenciam as situações mais desfavoráveis. A erradicação da pobreza e a igualdade de gênero são essenciais para o trabalho digno, inclusive o conceituado pela OIT, assim como a erradicação de toda forma de trabalho forçado, que vitimiza principalmente mulheres e crianças em todo o mundo. Vivemos tempos sombrios e precisamos denunciar e ampliar a resistência. Resistiremos até derrotarmos uma vez mais os velhos coronéis escravocratas com discursos de modernidade”.

Junéia Batista
Secretária Nacional
da Mulher Trabalha-
dora da CUT

Bárbara Palma



“Lutamos para que o Trabalho Decente seja a única forma de contratação no Brasil e estamos que a população negra é excluída desse sistema pelas próprias condições de vida às quais foram submetidos historicamente desde o período da escravidão. Os negros ocupam os piores postos de trabalho e estão entre a maioria de desempregados no Brasil. Entendemos que nos últimos anos avançamos significativamente nessa questão com a criação de políticas públicas de combate à desigualdade, com a oferta de cotas e a criação do ProUni que possibilitaram aos nossos jovens acessar a universidade pública, por exemplo. Porém, no último ano, essas políticas foram drasticamente cortadas ou reduzidas, assim como a Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Racial, que tinha status de ministério e foi extinta. Todos esses retrocessos nos levarão a perder o pouco conquistado de 2003 para cá”.

Maria Julia Nogueira
Secretária Nacional
de Combate ao Rac-
ismo da CUT

Combate ao trabalho escravo está ameaçado por onda de retrocessos

O Brasil é uma referência internacional no combate ao trabalho análogo à escravidão, mas corre o risco de perder avanços que conquistou ao longo dos anos. Em 2017, o atual governo colocou em marcha uma série de medidas que ferem a constituição e

ameaçam direitos humanos de trabalhadores. Uma delas é a Portaria nº 1.129, publicada pelo Ministério do Trabalho no último mês de outubro, que altera conceitos de definição do trabalho escravo, além de determinar que a divulgação da “lista suja” de empresas

flagradas com trabalhadores em situação análoga à escravidão ocorra por determinação expressa do ministro do Trabalho. Antes, a inclusão na lista era resultado de uma avaliação com critérios estritamente técnicos, o que garantia a transparência e legitimidade do processo. A decisão foi suspensa por uma liminar da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, após uma ampla mobilização de movimentos sociais, sindical e de agentes do poder público que pedem a revogação da portaria. “O IOS tem um histórico de comprometimento e de luta pela defesa dos direitos humanos. Junto com outras entidades, vamos ocupar os espaços políticos e de debates para que esse retrocesso não seja concretizado e possamos avançar nos direitos”, afirma Lucilene Binsfeld, secretária-geral do IOS.

Além disso, 2017 pode ser o ano com o menor número de trabalhadores

resgatados dos últimos 20 anos. “O país corre um risco muito sério de agravar o problema da escravidão contemporânea. Para enfrentar essa situação, precisamos de vontade política e não temos isso no momento”, diz o coordenador nacional da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete) do Ministério Público do Trabalho (MPT), Tiago Muniz Cavalcanti.

Em 2017, o governo federal impôs ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) um corte de recursos que afeta diretamente as operações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), que combate o trabalho escravo, infantil, a informalidade e a outras violações de direitos. De acordo com Cavalcanti, o número de resgate de trabalhadores já vinha caindo desde 2014. “Em 2016, resgatamos cerca de 600 trabalhadores em situação análoga à escravidão, é um número baixo se compararmos com os anos anteriores”, diz o procurador.

De acordo com dados do Observatório do Trabalho Escravo - lançado em junho desse ano por meio de uma parceria do MPT com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) - até o momento, em 2017, aconteceram 18 operações de resgate, com 73 resgatados. Segundo o MPT, a média dos anos anteriores é de 131 operações. Em 2016, foram 106.

O procurador também comenta que pela primeira vez na história, as operações do

grupo móvel, criado em 1995, correm o risco de parar. Por isso, o MPT ajuizou uma ação civil na 21ª Vara do Trabalho de Brasília contra o governo federal para garantir orçamento necessário para dar continuidade à fiscalização. “Infelizmente a juíza que recebeu essa ação alegou que não era competência da Justiça do Trabalho analisar essa questão, mas vamos recorrer da decisão”, afirma Cavalcanti.

Cavalcanti ressalta ainda que o enfrentamento do trabalho escravo também depende de políticas públicas de combate à miséria. “Mas a partir do momento em que o governo promove uma série de reformas que aumentam a desigualdade daqueles que estão na base, é lógico que vamos piorar a escravidão contemporânea porque o patamar de proteção social das pessoas diminuirá”, afirma o procurador.

“O corte no orçamento da fiscalização já causou consequências graves para a sociedade e trabalhadores. O combate ao trabalho escravo é feito com o flagrante, para isso precisamos garantir a inspeção do trabalho. Desde que começaram os cortes, várias operações deixaram de ser realizadas, muitas vezes quando você vai ao local das denúncias as pessoas já não estão no mesmo lugar”, lamenta a vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho (Sinait), Rosa Maria Campos. Em julho desse ano, a entidade enviou à sede da OIT, em Genebra, na Suíça, uma

carta que denuncia o Brasil pelo não cumprimento do artigo 11 da Convenção 81 da OIT, que “assegura condições de trabalho dignas à Auditoria-Fiscal do Trabalho e condições dignas de atendimento à população”.

DIREITOS HUMANOS EM XEQUE

“Já não existe uma atuação de fiscalização com a dimensão que poderia ter por falta de recursos. O número de auditores fiscais não é suficiente, muitos estão para se aposentar e concursos públicos não estão sendo realizados. Impor essa restrição orçamentária nesse momento é ferir de morte o combate ao trabalho escravo”, afirma Antonio Carlos de Mello, Coordenador do Programa de Combate ao Trabalho Forçado da OIT no Brasil.

Mello alerta também para os retrocessos que envolvem as mudanças de conceito do trabalho escravo. “O trabalho escravo moderno não se caracteriza mais apenas pela restrição da liberdade. A tutela que está em jogo hoje é a questão da dignidade humana e de uma não submissão psicológica pela vulnerabilidade do trabalhador. Esse conceito que engloba as condições de trabalho degradantes e a jornada exaustiva é o que faz do Brasil um país que de fato avançou na luta contra o trabalho escravo”, pontua Mello.

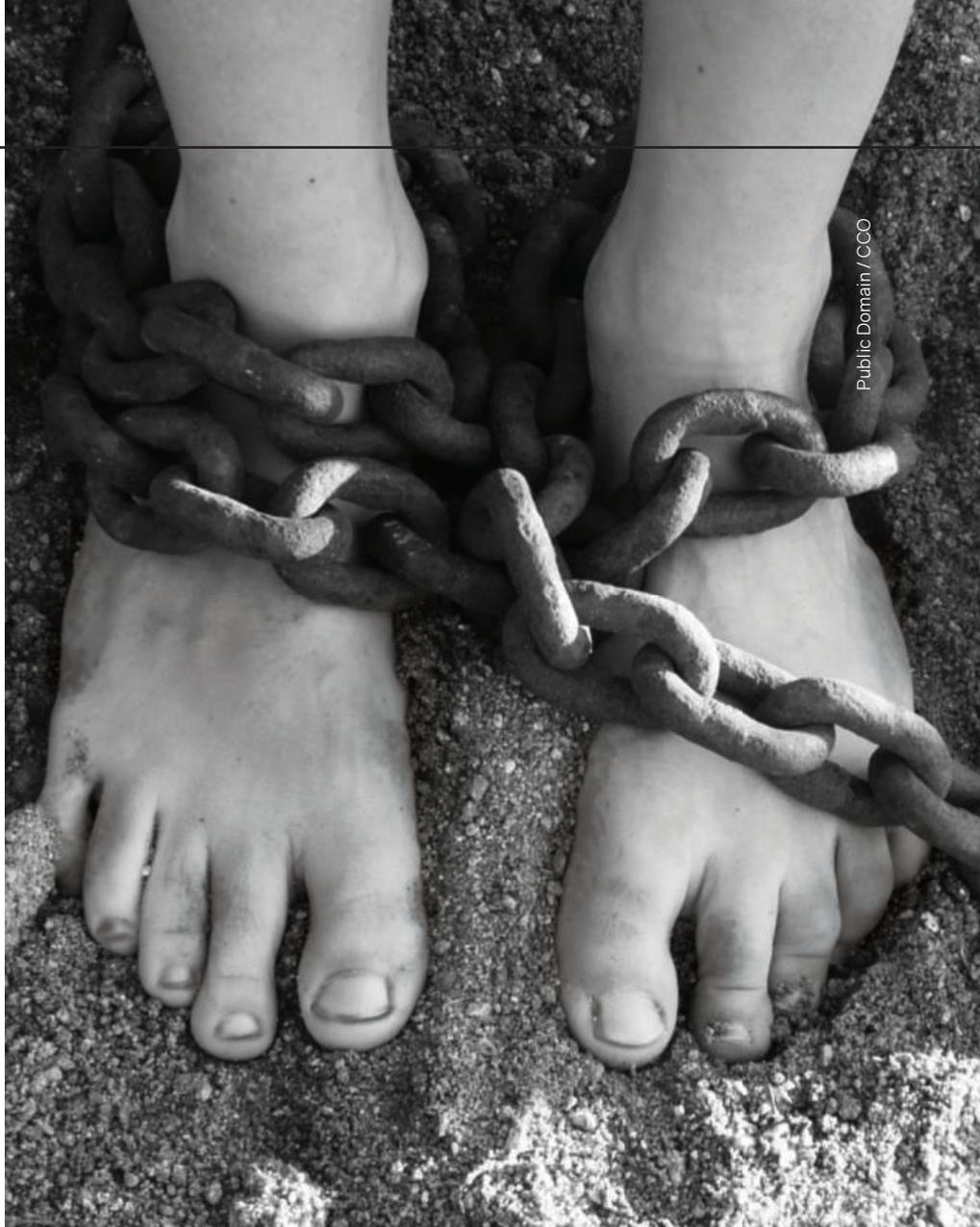
Ele enfatiza também o papel fundamental dos setores econômicos na luta contra a escravidão: “Algo que já ocorre

é a observação do cadastro de empregadores da lista suja. Mas ainda mais importante é que as empresas realmente façam um diagnóstico do problema dentro da sua cadeia de produção e tomem medidas se for necessário para garantir os direitos dos trabalhadores”.

Para o frei Xavier Plassat, coordenador da Campanha da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo, a fiscalização é essencial e dá visibilidade à dimensão do problema, mas é preciso ir além da inspeção. “Liberar o trabalhador é um primeiro passo para erradicar o trabalho escravo. Mas não garante que isso seja extirpado da sociedade. Não podemos ter a ilusão de que o resgate de mais de 50 mil trabalhadores desde 1995 tenha resolvido o problema”, aponta. Ele acredita que, além de investir mais na repressão aos infratores e na aplicação de sanções penais e financeiras, é necessário levar em consideração que o enfrentamento do problema passa por questões culturais, geográficas, de acesso à educação e pela necessidade de políticas públicas voltadas às raízes do problema. “O Brasil aboliu a escravidão há 130 anos mas nunca conseguiu reparar o prejuízo histórico, essa é uma questão estrutural do país”, completa Plassat.

A CPT atua na prevenção e combate ao trabalho escravo em parceria com ONGs e instituições do poder público. Segundo dados da organização, nos últimos 15 anos, as equipes da CPT acolheram mais de 1.250 denúncias e contribuíram para a libertação de mais de 8.300 pessoas.

*Dados apurados até outubro de 2017



Public Domain / CCO

DE OLHO NAS EMPRESAS

Desde de 2007, o IOS integra, junto com a ONG Repórter Brasil, o Instituto Ethos de Responsabilidade Social e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o comitê que monitora e gerencia o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil. O pacto foi lançado em 2005 com o objetivo de divulgar o compromisso de empresas em combater este problema em suas cadeias produtivas. Em 2014, este comitê criou o InPACTO (Instituto do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo), uma iniciativa para gerir e dar sustentabilidade às ações de prevenção e combate ao trabalho escravo no País. Nesta iniciativa, o IOS foi responsável, entre 2007 e 2015, pelo monitoramento das empresas.

InPACTO – O setor produtivo entrando em campo

Por Mércia Consolação Silva

Em 2005, a partir de um convite da OIT e em parceria com outras organizações da sociedade civil, como Instituto Ethos, Instituto Observatório Social e Repórter Brasil, o setor produtivo foi desafiado a erradicar o trabalho escravo nas suas operações de compras de materiais ou serviços. Surge então o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Visando contribuir com uma sociedade livre do trabalho escravo, o InPACTO, instituto que faz a governança desse Pacto, desenvolve uma série de ações, dentre elas advocacy, incidência em políticas públicas, desenvolvimento de ferramentas de gestão e mitigação de risco, pesquisa de cadeias produtivas para evidenciar a materialidade do risco de trabalho escravo em cadeias consideradas críticas, em regiões ou mesmo em setores cujo risco aparenta ser mínimo.

Trata-se de uma ação inovadora que envolve diversos atores e organizações sociais, reconhecida internacionalmente como eficaz no combate ao trabalho escravo contemporâneo. Os membros do InPACTO são encorajados a divulgar suas ações e programas de mitigação de risco para o trabalho escravo contempo-

râneo, sendo francas e transparentes ao mostrar tudo o que estão fazendo, assumindo que o risco sempre existe. São exemplos das ações listadas acima, os seguintes projetos em andamento:

- Encontro com Associados: são momentos proporcionados para conhecer mais sobre o tema, seus desafios e iniciativas que deram certo. Apresentação de “Boas Práticas”. Muitas parcerias e ações setoriais inéditas saíram desses encontros. Convidamos experts de outros temas, mostrando a complexidade do combate ao trabalho escravo demandando outras ações necessárias para consolidar o respeito à dignidade humana e a promoção do Trabalho Decente.

- Monitoramento: Anualmente as empresas associadas informam o que fizeram para prevenir e erradicar o trabalho escravo. Os dados são as únicas informações de fonte primária do setor privado no tocante ao tema do combate ao trabalho escravo e orientam o planejamento estratégico dessas empresas, bem como as ações do InPACTO em termos de mobilização.

- Incidência em Políticas Públicas: Participação na CONATRAE



Arquivo pessoal

Mércia Silva é diretora executiva do InPACTO, e atuou como coordenadora de pesquisa do IOS durante 10 anos

- Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, onde se debatem os desafios em âmbito nacional, incluindo aspectos de defesa da legislação de combate ao trabalho escravo, promovendo o diálogo constante em torno da melhoria da portaria que cria a Lista Suja – defendendo no entanto a importância e existência da mesma no cenário nacional (e internacional) de combate ao trabalho escravo moderno.

O InPACTO considera o engajamento das empresas, da sociedade civil e do governo no combate ao trabalho escravo a única forma de erradicar o trabalho escravo no Brasil. Por isto apostamos no diálogo qualificado e propositivo como estratégia eficaz.

Impactos da nova legislação trabalhista no Brasil

Por Vagner Freitas

O golpe que derrubou o governo da presidenta Dilma Rousseff, criou uma crise política, econômica e social que se retroalimenta cotidianamente e possibilita que o governo golpista intensifique uma agenda neoliberal, iniciada no governo FHC, e implemente medidas antidemocráticas e contra a classe trabalhadora.

Desmonte da proteção social, sucateamento da educação e saúde públicas, subordinação da economia nacional aos interesses do capital internacional, privatização da energia, entrega de riquezas nacionais e da soberania nacional, aprofundamento da recessão e elevação do desemprego são os principais legados de um governo ilegítimo que, em torno de um discurso de “austeridade e modernidade”, destrói não somente as políticas públicas, mas traz uma revisão e redução do papel do Estado na sociedade e economia, tornando mais distante um modelo desenvolvimento econômico sustentável e autônomo, industrializante, e que combata as desigualdades sociais.

É UM DURO GOLPE CONTRA O BRASIL.

A aprovação da Lei 13.467, a antirreforma trabalhista, que entrará em vigor em novembro de 2017, promoverá um novo e nefasto paradigma nas relações de trabalho e a pior e mais profunda alteração no Direito do Trabalho brasileiro. A individualização das relações de trabalho e a desconstrução da proteção coletiva, precarizam o trabalho e fragilizam a organização sindical, reduzindo brutalmente o custo da mão de obra. Para completar, tramita no Congresso a antirreforma da Previdência, cujo verdadeiro objetivo é a destruição da previdência pública e da própria seguridade social, asseguradas como direito pela Constituição de 1988, abrindo espaço aos fundos privados de pensão.

É um cenário que expõe por onde passa hoje a luta de classes no Brasil. A CUT, firme em seus princípios e concepção classista, luta para derrotar o governo golpista e barrar a extinção de direitos da classe trabalhadora. Ao defender Diretas Já, como saída democrática para superar a crise em que o golpismo mergulhou o Brasil e dar a palavra ao povo

Dino Santos



Vagner Freitas é presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

soberano, com a antecipação das eleições e uma Constituinte que anule todas as medidas antinacionais e contrárias ao povo, já adotadas pelo Congresso servil, possibilita abrir caminho para as reformas populares necessárias.

Essa situação exige a construção de unidade com os setores populares para garantir a democracia e o Estado de Direito. Com esse intuito, nesse ano de 2017, ao mesmo tempo em que comemoramos o centenário da revolução russa e da primeira grande greve geral no Brasil, unificados na Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, realizamos no dia 28 de abril a maior GREVE GERAL da história do país, envolvendo cerca de 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores econômicos; além de diversos atos, paralisações e ocupação de Brasília com as palavras de ordem: nenhum direito a menos, retirada imediata da reforma da Previdência e da reforma trabalhista da pauta do Congresso, fora Temer, Diretas Já!

Política econômica e o futuro do trabalho

Por Clemente Ganz Lúcio e Patrícia Pelatieri

O crescimento econômico é uma condição necessária, no médio e longo prazos, para a estruturação do mercado de trabalho, especialmente, o brasileiro, caracterizado pela heterogeneidade, por rendimentos baixos e desiguais e insuficiência para absorver os contingentes populacionais que buscam trabalho.

A adoção de uma política econômica conservadora no final de 2014, apesar da existência de um cenário de desaceleração econômica, com vistas a acalmar o mercado, precipitou um movimento de deterioração da atividade produtiva. A combinação de ajuste fiscal com elevação de preços administrados, em um cenário de taxas de juros altas e de desvalorização cambial acentuada, foi mortal para a atividade econômica. Em 2015, a economia brasileira teve desempenho negativo. A partir daí, com a intensificação da implantação do receituário neoliberal clássico, opção do governo Temer, a economia

do país mergulhou em recessão profunda, retrocedendo, em muitos aspectos, aos indicadores da década passada.

Uma vez que a estrutura tributária brasileira é concentrada no consumo e nos salários, a arrecadação é diretamente vinculada ao ciclo econômico, ou seja, a queda na atividade econômica se desdobra na deterioração fiscal imediatamente. E assim, em um círculo vicioso, com a justificativa de equilibrar as contas públicas (despesas X receitas) e retomar o crescimento, o governo continua a contração fiscal, cortando despesas com gastos sociais e investimentos, aprofundando a recessão e a perda de receita.

A queda da atividade econômica também se reflete no mercado de trabalho, que tem apresentado taxas crescentes de desemprego - de longa duração. Mesmo os pequenos resultados positivos, de maio e junho, re-

velam um movimento de intensa precarização dos vínculos de trabalho, com aumento da informalidade e queda do emprego formal assalariado.

Soma-se a essa crise econômica um processo sistemático de ataque e retirada de direitos dos trabalhadores, via legislação, com a reforma trabalhista (lei nº 13467/2017), terceirização irrestrita e ampliação do trabalho temporário (lei nº 13429/2017), além da PEC 287, que trata da Reforma da Previdência, em discussão no Congresso Nacional. Esse contexto coloca o movimento sindical em posição defensiva.

Em resumo, a política econômica adotada tem se circunscrito a medidas que protegem as grandes empresas, enfraquecem os trabalhadores e empobrecem a população. Desde meados de 2014, o país ficou mais pobre em 7,0%.

As adversidades da conjuntura atual são enormes e complexas. É necessário reunir vontade política e organização social para construir uma estratégia que retome a capacidade de induzir o crescimento econômico, com desenvolvimento socioambiental. E caberá ao movimento sindical promover a consolidação e o fortalecimento das organizações de representação dos trabalhadores de modo a garantir as transformações necessárias no mercado de trabalho e na sociedade.



Arquivo pessoal



Arquivo pessoal

Clemente Ganz Lúcio é diretor técnico e Patrícia Pelatieri é coordenadora de pesquisas e tecnologia do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)

Desemprego e vulnerabilidade social das populações de baixa renda nas grandes metrópoles

Por Cecília Carmen Pontes Rodrigues

A crise do setor produtivo ocorrida no Brasil, principalmente na última década, resultou na elevação das taxas de desemprego e em um inchaço no setor de serviços com a absorção de uma mão de obra exercendo atividades não regulamentadas e com alto grau de precarização.

Segundo Adalberto Cardoso (2016), as atividades não regulamentadas ou “informais” são frequentemente associadas às atividades ilícitas e em situação vulnerável em relação ao mercado de trabalho. Em consequência, as agências internacionais (OIT e Banco Mundial) recomendam a “formalização” do trabalho informal como medida para minorar os fatores de vulnerabilidade econômica e social dessas populações.

O estudo da pobreza, apresentado por SCHNAPPER apud (PAUGAM, 2006), assinala que a ruptura de laços sociais provocada pelo desemprego quando afeta populações adultas de baixa renda provoca desequilíbrios efetivos na estrutura mental e emocional representando uma perda da razão de existir e

um sentimento de inutilidade e não reconhecimento social.

Outro elemento presente é a separação de renda e trabalho. Muitos são aqueles que não podem garantir uma vida digna e um futuro através do trabalho e muitos não encontram sequer os meios elementares de subsistência. Alguns, por falta de trabalho e outros submetidos a formas de trabalho precarizado (ilegal, intermitente, parcial, difícil e outros). Nessas condições, esta população não tem acesso a condições básicas de serviços como : saúde, habitação, educação e serviços urbanos como água potável e transporte.

Jacob Lima (2015) assinala que em “época de grande desemprego, cooperativas de trabalho podem ser criadas através de acesso a verbas públicas. No Brasil, esse processo assume visibilidade na década de 90, com os efeitos da abertura e internacionalização econômica, dos processos de reconversão industrial e políticas de cunho neoliberal de desoneração do Estado. Uma série de empreendimentos alternativos

Dino Santos



Cecília Carmen Pontes Rodrigues é diretora - secretária do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec)

organizados por ONGs, igrejas, universidades e sindicatos, tendo as cooperativas e associações de cunho coletivo e propostas de gestão democrática como modelo, foram implementados”. Hoje, no estado de São Paulo, os setores mais presentes são: reciclagem, costura/artesanato e alimentos. Entretanto essas cooperativas enfrentam os mesmos problemas de qualquer negócio, como obtenção de capital, aquisição de competência técnico-gerencial, insuficiência do mercado consumidor e, principalmente, o desenvolvimento de um sistema de controle democrático.

CARDOSO, Adalberto: Informality and public policies to overcome it. The case of Brazil in Sociologia Antropologia. Vol 06, agosto 2016, p. 321-349

LEITE, Marcia, ARAUJO, Angela e LIMA, Jacob: O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação. São Paulo, Annablume, 2015

PAUGAM, Serge. L'épreuve du chômage: une rupture cumulée des liens sociaux in Revue Européenne des Sciences Sociales, XLIV, 135, p.11-27

O desafio da articulação entre a educação e o mundo do trabalho

Por Pedro Henrique Isaac Silva

As políticas educacionais se deparam com uma série de desafios no século XXI. O desafio da inclusão social é um deles e o de garantir a qualidade é outro. O Censo Escolar e a PNAD mostram que na educação básica (níveis fundamental e médio) caminhamos progressivamente em direção à universalização. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mostra que, apesar da aparente lentidão, nos últimos anos tivemos avanços, especialmente no nível fundamental. Quanto à educação técnica e superior, o avanço dos últimos anos também foi considerável. A criação dos institutos federais e de novas universidades no interior do Brasil, o aumento do número de vagas e as políticas de cotas têm contribuído para a mudança do perfil dos estudantes que acessam o ensino técnico e superior nas instituições públicas.

Além dos desafios da inclusão e da qualidade, há o desafio da articulação entre a educação e o mundo do trabalho. E essa articulação não é somente aquela almejada pelas instituições patronais: interação escola – empresa. Tratamos de um universo muito mais amplo, que é o mundo do trabalho. A articulação entre o sistema educativo

e o mundo do trabalho deve envolver, além dos setores empresariais, os sindicatos, as organizações da sociedade civil, diversas esferas estatais, as cooperativas e associações de trabalhadores. A educação, em todos os seus níveis, prepara crianças, jovens e adultos para a vida produtiva, do ponto de vista individual, e, em uma dimensão mais ampla, é um dos pilares do desenvolvimento do país. Nesse sentido, a formação para o mundo do trabalho deve levar em consideração o tipo de desenvolvimento almejado, a formação para a cidadania e a construção de uma consciência de classe.

A reestruturação produtiva, os avanços tecnológicos e as novas sociabilidades do mundo do trabalho contemporâneo evidenciam as novas exigências da educação pública em seus diversos níveis. Deixada nas mãos do mercado, a educação só servirá para a formação de mão de obra barata e altamente produtiva. A formação de cidadãos capazes de pensar criticamente sobre o modelo de desenvolvimento desejado, seu papel na esfera produtiva e suas escolhas pessoais exigem o fazer democrático na própria escola e a articulação junto aos di-

Dino Santos



Pedro Henrique Isaac Silva é diretor administrativo-financeiro da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho)

ferentes atores do mundo do trabalho. Não basta a escola formar pessoas aptas a realizarem as tarefas relacionadas a um trabalho específico, capazes de ler, escrever, contar e raciocinar logicamente. As escolas devem formar pessoas que compreendam como o mundo do trabalho se estrutura e funciona, de modo a permitir que elas sejam não apenas uma engrenagem que proporciona seu funcionamento, mas que sejam agentes transformadores dessa estrutura, de modo a torná-la mais democrática, inclusiva e igualitária.





INSTITUTO
OBSERVATÓRIO
SOCIAL

www.observatoriosocial.org.br